

O Retorno à Filologia (1995)

[Publicado em *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp.511-520.]

I

Este título é tomado a um conhecido artigo de Paul de Man, "The Return to Philology", que na verdade se ocupa mais de teoria da literatura e de ensino da literatura que de filologia, tal como estamos habituados a concebê-la. Incluído no livro *The Resistance to Theory* (Minneapolis, University of Minneapolis Press, 1986, p.21-26), este artigo defende que "a literatura, em vez de ser ensinada como matéria histórica e humanística, deveria ser ensinada primeiro como uma retórica e uma poética e só depois como uma hermenêutica e uma história". Para tal acontecer, requiere-se uma transformação no ensino da literatura, que consista em substituir "padrões de excelência cultural, baseados no fim de contas em alguma forma de fé religiosa, por um princípio de descrença, científico mas sobretudo crítico", o que, no plano operacional, se traduziria em conceder prioridade ao exame das estruturas da linguagem sobre o exame dos significados que a linguagem produz. É essa prioridade concedida a análises de natureza linguística que Paul de Man designa por regresso à filologia.

Não é difícil de aceitar esta proposta. Quem sabe que muitos críticos literários, professores de literatura, historiadores e demais estudiosos que operam sobre o texto escrito se contentam com a primeira edição que lhes cai na mão, quando não escolhem especificamente a mais portátil e barata, desinteressados de essa ser também, com certeza, a que lhes oferece o texto menos apurado, não pode deixar de concordar com a ordem de prioridades estabelecida por de Man. Mas, quando igualmente se conhece a enorme variedade de sabedorias e de peritagens que a filologia pode colocar ao serviço do apuramento do texto, desde a recuperação da parte oculta do palimpsesto até à despistagem das variantes entre dois exemplares da mesma edição, não pode

deixar de parecer pouco reduzi-la ao papel de classificadora das estruturas sintácticas e lexicais de um texto.

De facto, se pegarmos na definição que o dicionário de Webster dá ao termo **Philology** (1º 'amor do saber e da literatura'; 2º 'estudo dos documentos escritos, com vista a autenticá-los'; 3º 'linguística'), constatamos que era esta terceira acepção que Paul de Man tinha em mente. Ora, considerar que **linguística** ("exame das estruturas da linguagem") e **filologia** são sinónimos é um pouco como regressar ao tempo, glorioso mas passado, de Leite de Vasconcellos, quando os linguistas também eram etnógrafos, historiadores, folcloristas e arqueólogos e não tinham problemas de identidade disciplinar, pois se sabiam participantes de uma vasta empresa de aquisição de conhecimentos diversificados, mas harmonizáveis em torno de um interesse comum pela palavra documental ou artística e pelo seu comportamento na história. Conhecerem-se todos eles por filólogos era tradicional e apropriado.

Esta associação sinonímica entre **linguística** e **filologia** é muito comum, ainda hoje. Embora correndo o risco de simplificar demasiado, creio que nos meios universitários americanos (e também nos brasileiros), se pratica apenas a distinção entre linguística histórica, igualada a filologia, e as restantes linguísticas. A distinção funciona sobretudo como auto-denominação para os profissionais destas disciplinas, pois são os principais interessados em escapar a generalizações do tipo "Vocês, os filólogos..." Os diacronistas, talvez por estarem mais familiarizados com a mudança das coisas, não se importam de ser confundidos com um filólogo. Mas um filólogo, especialmente se estiver interessado em questões teóricas e metodológicas e na exploração de novos objectos de estudo, sentirá que a confusão não lhe faz justiça. E esse é um ponto a ter em consideração.

Retornar à filologia é retornar a quê? E, uma vez sabido a quê, será isso um retorno?

II

Se o título do artigo de Paul de Man pode ser questionado quanto ao seu valor icónico, o mesmo não sucede com o seu valor simbólico. A filologia atravessa um período de tal diversificação e enriquecimento que, bem vistas as coisas, não é surpreendente que

por ela se interessem os teóricos da literatura (Aliás, manifestando-se após o defeso estruturalista, é natural que esse interesse se sinta como um retorno. Algo de muito análogo se passa com a linguística histórica, procurada por sociolinguistas e generativistas depois de um eclipse que não só não a eliminou, como em muitos aspectos parece tê-la renovado. O retorno, afinal, não é uma restauração).

São inúmeras as manifestações da boa saúde de que goza a filologia. As mais significativas não serão, a meu ver, as publicações de autores e editores individuais, que em verdade nunca cessaram de produzir, mas aquelas que correspondem a iniciativas e a movimentações colectivas, se posso assim designar colóquios, revistas e ainda a abertura de comunidades científicas nacionais a práticas e ideias que tradicionalmente lhes eram estrangeiras. Não me alongarei sobre este último aspecto; se o fizesse, aludiria, por exemplo, à recente penetração da bibliografia material anglo-saxónica, a "new bibliography", no ambiente filológico italiano, que se acha densamente estruturado em torno do manuscrito; resta saber se esses esforços de Conor Fahy terão mais êxito que os de Wallace Kirsop em França. Aludiria também à impenetrabilidade do "textual criticism" de língua inglesa em relação à "critique textuelle" europeia. E à difusão da recentíssima crítica genética, que ainda não conquistou a Itália, pois os italianos vão praticá-la em França, mas ensaia a entrada na América pelas mãos de Louis Hay e Almuth Grésillon e se acha bem implantada em Portugal e no Brasil; mas, aí, teria de discutir se se trata de difusão ou de coincidência poligenética, pois a afirmação "A crítica genética é francesa" é uma verdade do tipo que foi cunhado para "O cinema é americano". Influências, tensões e reacções que só ocorrem quando uma área científica é muito populosa e se acha em plena actividade. Falar disso exigiria um espaço e um fôlego muito grandes, pelo que me limitarei a repertoriar alguns esforços colectivos recentes que se materializaram sob a forma de números de revistas.

Começarei por um curioso colóquio realizado em 1988 na Universidade de Harvard sob o tema "O que é a Filologia?", cujos trabalhos estão publicados em número especial da revista *Comparative Literature Studies* (Pennsylvania State University, vol. 27, nº1, 1990), de onde faço as citações que seguem. Este colóquio é curioso a vários

títulos, antes de mais por não ter sido exactamente uma reunião de filólogos, mas de especialistas de literatura comparada atraídos pelo drama (do seu ponto, exterior, de vista) de uma ciência que é detentora de um arsenal de técnicas refinadas ao longo de séculos e que têm produzido resultados formidáveis nos domínios da filologia clássica e medieval, mas que hoje em dia "teria perdido a capacidade ou o desejo de questionar os seus pressupostos e de fazer novas perguntas". A proposta do colóquio não tinha sido bem acolhida a princípio, dado que, segundo o organizador, Jan Ziolkowski, "o papel da filologia é frequentemente debatido por classicistas e medievistas, mas raramente pelos modernistas"(p.3). O argumento finalmente decisivo foi, e esse é outro elemento de curiosidade, o aparecimento do artigo de Paul de Man por que começámos: "A aparente defesa de uma nova e melhorada forma de filologia feita por um dos mais destacados teorizadores literários da América tornou o tópico relevante para muitos que, de outro modo, lhe teriam dado pouca atenção", confessa, com alguma candura, Ziolkowski. Como seria de esperar de tais origens, o colóquio focalizou especialmente as relações da filologia com a teoria literária e o ensino da literatura, questionando se a filologia serve ou não de base, de fundamento, para as leituras críticas e interpretativas. À "leitura de perto" ("close reading") da escola desconstrutivista foi por vários intervenientes contraposta a definição de Jakobson: "A filologia é a arte de ler devagar".

Igualmente vinda de fora é uma outra aproximação aos problemas da filologia: a revista espanhola *Substratum (Temas Fundamentales en Psicología y Educación)*, publicada em Barcelona, dedica um número inteiro (volume II, nº 4, 1994) à Interpretação, sendo significativo, antes de mais, o facto de a filologia ter sido chamada a participar de um diálogo com ciências que, estando habituadas a falar entre si, pouco têm em comum com a literatura e a história, suas companheiras do costume. Partindo da constatação de que termos como *estabelecer, leitura, dizer, querer dizer, letra, espírito, intérprete, interpretação* são comuns a domínios como a psicanálise, as ciências da educação, a linguística e a filologia, a revista publica artigos representativos destas várias ciências, articulados por um texto de fundo das responsáveis da revista (Ana Teberosky e Liliana Tolchinsky-Landsmann). Desse conjunto de reflexões sobre as implicações que podem ter, para a interpretação,

práticas como as leituras de um texto consagrado, a análise de dados linguísticos, a compreensão dos processos de desenvolvimento intelectual ou o próprio acto de construir uma interpretação, pode destacar-se, talvez, a contribuição de Claire Blanche-Benveniste, que se centra na tarefa, secularmente filológica, do estabelecimento do texto.

III

Para dizer as coisas de uma forma muito esquemática, o estabelecimento do texto é a tarefa para que convergem directa ou indirectamente todos os esforços do filólogo, consistindo em preparar para uso do leitor uma cópia de determinado texto, geralmente sob a forma de edição crítica: por um lado, são eliminados os erros introduzidos no decurso da transmissão textual e, por outro, são mantidos todos os traços que, sendo coerentes entre si e coerentes com o sentido e a natureza do texto (tal como o filólogo o entende), se presume sejam de origem autoral. Se se quiser, estabelecer um texto consiste em preparar, a partir de um seu exemplar cuidadosamente escolhido, uma cópia em que alternam a reprodução dos elementos gráficos atribuíveis ao autor (**transcrição**) e a substituição dos elementos reputados não-autorais (erros) pelos seus correspondentes conjecturadamente originais (**emenda**). Este método de editar um texto anulando ou reduzindo ao mínimo as suas diferenças com aquele que saíu das mãos do autor (neutralizando o rumor adquirido pela mensagem durante a transmissão) aspira, evidentemente, a habilitar qualquer leitor a extrair do texto a exacta interpretação que o autor tencionou. Mas, evidentemente, não o consegue na totalidade. Apesar de todos os extremos de rigor, erudição e crítica que pode atingir, o método oferece, durante a operação final de estabelecimento do texto, pelo menos quatro momentos em que o filólogo, em vez de recuperar dados objectivos e exteriores, corre o risco de oferecer o resultado de uma opinião sua acerca desses dados, ou seja, pura e simplesmente uma sua interpretação. O risco de a ciência e o gosto do filólogo (a sua subjectividade) interferirem no estabelecimento do texto surge nos seguintes quatro momentos: quando ele julga identificar o erro, quando ele conjectura a respectiva emenda, quando decifra o

original (podendo a sua expectativa quanto ao que o texto *quer dizer* sobrepor-se ao que o autor disse) e, finalmente, quando escolhe os signos gráficos que, na sua transcrição, vão equivaler aos do exemplar. É deste último aspecto, aparentemente o mais inofensivo de todos, que se ocupa Claire Blanche-Benveniste: quando o filólogo erra na transcrição, cria um facto linguístico novo, que parece pertencer ao texto original do autor, mas na realidade se deve ao seu editor.

Em que medida irá esta eventualidade pôr em causa o "return to basics" advogado por Paul de Man? Será de conceder prioridade às estruturas da linguagem sobre os significados que elas produzem, quando existe o risco de as estruturas, tal como nos são patenteadas em texto estabelecido por filólogo, terem sido sugeridas por um significado que o filólogo antecipadamente atribuiu ao texto? É esse, na essência, o ataque que Jonathan Culler formulou no colóquio de Harvard ("Anti-Foundational Philology", *CLS*, pp.49-52): "a noção de filologia como uma base que precede a interpretação literária e cultural é uma ideia que deveríamos seriamente questionar, uma ideia que a própria filologia, tanto em princípio como na prática, nos fornece instrumentos para questionar"(p.52). Ora, é precisamente nessa disponibilização de instrumentos críticos, que assume por vezes a feição de uma auto-crítica, que reside uma das forças da filologia. É mais rigoroso o rigor que conhece e dá a conhecer os seus limites. É justamente por isso que Claire Blanche-Benveniste considera indispensável que o trabalho filológico seja acompanhado de uma tomada de consciência dos seus processos e das limitações que eles não permitem ultrapassar: "A tarefa de estabelecimento do texto não está nunca concluída e todos os editores têm consciência de que não podem atingir 'o verdadeiro texto' e que podem somente buscá-lo por aproximações sucessivas. Toda a sua prática revela um incessante jogo de ir e vir entre o texto e a interpretação"(p.54).

Estas palavras referem uma característica fundamental da filologia de hoje, fundamental ainda que não consensual, que é a sua recusa de prometer resultados absolutos e definitivos. O original perdido é irrecuperável. A sua reconstituição, mesmo que seja certa, não tem meios de saber que o é. Os originais examinados pelo geneticista apenas revelam uma fracção do processo criador do texto. A intenção autoral é impalpável, só as suas manifestações materiais podem ser consideradas.

Nenhuma edição crítica é mais que uma "proposta de trabalho", nenhuma encerra definitivamente a forma e a significação de um texto. A letra do texto não segrega um sentido literal. Assim como muito autor compartilha com outros participantes a responsabilidade final pela obra, assim nenhum filólogo trabalha liberto das condições do seu tempo. A transcrição é menos uma função do texto que do público a que se destina. E assim por diante. Convenhamos: não será esta exactamente a filologia a que Paul de Man propunha regressar.

IV

Entre as publicações científicas que ultimamente têm consagrado números monográficos à filologia, uma breve referência bastará para dar conta do número especial intitulado "The New Philology" de *Speculum* (vol. 65, nº1, 1990). Os vários contributores debatem-se, numa circularidade que tem algo de autista, sobre a relevância e a irrelevância dos estudos medievais, o que só é interessante pelo contraste que oferece com a explosão temática e cronológica que a filologia tem registado. Declarando-se preocupados em examinar o impacto das modernas metodologias cognitivas sobre a filologia tradicional, não falam de computadores.

O mesmo não se dirá do vol. XLV, nº1, 1991, de *Romance Philology*, que consagra três substanciosos artigos ao estado da filologia medieval nos domínios francês, italiano e espanhol e dois artigos às utilizações da informática na edição de textos. O destaque cabe ao artigo de Charles B. Faulhaber "Textual Criticism in the 21st Century"(pp.123-148), por onde se vê como a tecnologia disponível permite apresentar edições de textos com estados variantes ou com aparatos complexos, até agora impossibilitadas de retratar na linearidade do objecto-livro a verdade da génese ou da transmissão textual. O **hipertexto**, definido como "escrita não-sequencial", permite a edição e a leitura em sucessão de segmentos que têm estatuto textual diferente e pertencem a ficheiros diferentes, como sejam texto crítico e respectivo aparato, ou versões geneticamente diferenciadas de um texto, ou colações de cópias (Uma outra aplicação deste modelo é descrita por Almuth Grésillon em *Eléments de critique génétique*, Paris, PUF, 1994, pp.199-202, onde é dada uma definição alternativa de hipertexto como

"uma série de obras literárias ligadas entre si por laços de parentesco ou filiação e todas elas ligadas a um modelo comum, hipotexto, de que derivam").

A utilidade destas novidades tecnológicas é, pelo menos em princípio, tão evidente para a filologia do manuscrito e do livro antigo como para a filologia do manuscrito moderno. É de prever que uma boa parte das energias dos filólogos passem a ser consagradas à dialéctica da revolução permanente a que os computadores nos habituaram. Mas não seria de surpreender que, pelo caminho, alguma atenção fosse dada a um problema que pela primeira vez se apresenta à filologia, de modo ainda difuso e sem que se veja muito bem até onde conduzirá: até aqui, o filólogo sempre apresentou o resultado do seu trabalho em suportes que eram materialmente, ou pelo menos tipologicamente, idênticos aos do objecto que estudava. Ou, para ser mais exacto, do objecto final que era oferecido ao público leitor. A filologia produzia-se, e produz-se, sob a forma de livros escritos sobre, ou reproduzindo, outros livros. Como o livro tem uma forma física definida e um modo de funcionamento que não admite muita variedade, à sua relativa rigidez sempre teve de se sujeitar a edição, que nem sempre consegue, por isso, sugerir ao leitor o dinamismo, a multiplicidade de formas e a sinuosidade que marcaram os processos de escrita durante a fase de génese do texto. Também o filólogo, entalado no mesmo tipo de suporte, não pode dar ideia, com elegância e fidelidade, dessas particularidades genéticas. Um debate do momento, circunstancial mas animado, ocupa-se precisamente de como apresentar tipograficamente a génese de um texto a par da sua edição. Mas é um debate que corre o risco de perder a razão de ser antes de ter levado a acordo: o computador parece que poderá habilitar o filólogo a reproduzir os mecanismos não-lineares da escrita, o que abre perspectivas ainda indefinidas às suas análises (tal como as abre ao próprio escritor, mas essa não é conversa para aqui).

V

Se a leitura de *Romance Philology* permite, por estas vias, entrar na discussão da filologia do futuro e evidenciar a estreiteza de vistas dos que continuam a pensar que ela é uma ciência sobre o passado, não permite, em contrapartida, integrar no panorama da actividade filológica exercida em algumas das principais literaturas

românicas o contributo recente da filologia do manuscrito moderno. Os artigos, devidos a Mary B. Speer, Cesare Segre e Alberto Blecua, entre outros, inscrevem-se ainda, e friso o advérbio, no quadro da grande controvérsia que dividiu a filologia do início do séc. XX entre lachmannianos e bédieristas. Tal é explicitamente declarado no texto introdutório, da autoria de Faulhaber e Jerry R. Craddock: "Um facto saliente destaca-se nestas eruditas e bem elaboradas peças: a antiga antítese que opõe os princípios editoriais de Karl Lachmann (1793-1851) aos de Joseph Bédier (1864-1938) continua por resolver" [*Para Bédier, ver Nota D*]. Continue ou não por resolver, é hoje difícil encarar essa antítese, ou melhor, essa discordância quanto à possibilidade de nos aproximarmos do original do autor por uma reconstrução apoiada na comparação das cópias existentes, como se ela fosse uma divisão do mundo em dois. Sem tirar um átomo ao seu peso e à sua influência na evolução do pensamento filológico ao longo de todo o século, convém recordar que se trata de uma questão de diferenças de método, basicamente circunscrita à filologia românica e que não corresponde a uma distinção ao nível do objecto: como mostrou a bibliografia anglo-saxónica, foi possível discutir o problema do **copy-text**, que visa exactamente o mesmo fim de determinar a base a partir da qual se estabelece um texto, sem que qualquer referência, sequer implícita, fosse feita a Lachmann ou a Bédier. Quando se diz que Walter Greg, no fundo, era lachmanniano, a reacção costuma ser de surpresa, como se se tivesse dito que ele era encapotadamente tibetano.

Mais ainda: o aspecto mais sedutor da dúvida levantada por Bédier contra a edição lachmanniana (o texto crítico, híbrido dos testemunhos existentes, é um texto que nunca tinha existido) encontra-se na garantia de que a edição bédieriana, por contraste, reproduz um testemunho com existência real: "É caso para perguntar se o mais sensato não seria, tudo bem ponderado, preferir a um texto crítico construído na véspera, novinho em folha, o texto de um bom manuscrito, o manuscrito A por exemplo, que não é impecável mas que tem pelo menos o mérito de ter sido estabelecido há mais de seis séculos, por um homem que sabia o francês antigo quase tão bem como nós" (*La tradition manuscrite du 'Lai de l'Ombre'*, Paris, Champion, 1929, p.39). Mas o que o leitor lê não é o manuscrito A e sim a sua edição moderna, feita,

seguramente, com a maior fidelidade e escrupulo. Cabe pois perguntar se, à luz do que nos disse Claire Benveniste, essa edição, que escolhe ser feita sobre um único manuscrito, é mais objectiva que a chamada edição interpretativa dos lachmannianos, que é feita sobre um manuscrito único porque não há mais nenhum.

Na verdade, o lachmanniano e o bédierista têm em comum uma característica fundamental, que subjaz a todas as suas distinções: são **filólogos do manuscrito ausente**. De modo diverso, ambos se esforçam por estudar textos cujo original se perdeu e de que não esperam senão captar reflexos na sua edição, que situam a montante da cadeia da transmissão apógrafa, que ambos recenseiam e colacionam de igual modo. A essa filologia se contrapõe, e cada vez se torna mais visível, nas poucas décadas que leva de teoria e método, uma **filologia do manuscrito presente**, cujo objecto é o manuscrito autógrafa, que não carece de ser reconstruído ou intuído, e que é plenamente autorizado, no sentido de todas as suas marcas merecerem ser reproduzidas na edição (o que apenas levanta problemas práticos, quando as marcas não são apresentáveis em sequência linear). No caso de haver vários autógrafos, o método consiste em os ordenar cronologicamente, de acordo com o processo de génese do texto, de modo que a edição se situa a juzante dos testemunhos. Ou seja, segundo o ponto de vista que favoreço, é editado o testemunho que representa o derradeiro acto de escrita autoral, a manifestação da última intenção do autor (a não confundir com intenção final; é longa a discussão "intencional" na bibliografia anglo-saxónica, mas incipiente na área românica).

Examinada a distribuição destas semelhanças e diferenças quanto a objecto, teoria, método e aplicações, quase se poderia concluir que há duas filologias. Mas seria um exagero dizê-lo. Face às tentações de uma crescente compartimentação em especialidades estanques e que se ignoram mutuamente, predomina na filologia, seguramente mais que em outras áreas da actividade científica, um princípio de universalidade do conhecimento. Ciência antiga, resistente e versátil, a filologia permanece uma apesar das suas muitas maneiras, como se poderia dizer de Ulisses. Só que ela não é Ítaca a que se regressa.